



UBEC

UNIÃO BRASILEIRA
DE EDUCAÇÃO CATÓLICA

Demonstrações Financeiras do Grupo UBEC

*União Brasileira de Educação
Católica*

Índice

Relatório anual da administração 2018	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	8
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanço patrimonial	12
Demonstração de resultados	14
Demonstração do resultado abrangente	15
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	16
Demonstração dos fluxos de caixa (Método Indireto).....	17
Notas explicativas às demonstrações financeiras	18

RELATÓRIO ANUAL DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Ao Conselho de Administração e Assembleia Geral

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração UBEC apresenta-lhes o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas preparadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards* (IFRS) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

1. Mensagem do Conselho de Administração

Frente as mudanças profundas no cenário macroeconômico, que caminha em uma recuperação lenta e gradativa, das alterações no marco regulatório do ensino superior, das modificações na legislação trabalhista, das restrições do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e da ampliação da concorrência, o desempenho da UBEC em 2018 foi adverso às metas planejadas e reforçou a necessidade de rever os mecanismos de planejamento, a execução e o acompanhamento das estratégias e das ações desenvolvidas, em especial àquelas voltadas para os processos acadêmicos, pedagógicos, administrativos e financeiros. A UBEC e suas Unidades de Missão, no decorrer do ano de 2018, conviveram com a redução da base de alunos, conseqüente diminuição da Receita Líquida de Serviços e ampliação das Despesas Gerais e Administrativas. Apesar das dificuldades conjunturais, cabe destacar: (1) redução do Custo dos Serviços Prestados de - 8,34%, abaixo da inflação, 3,75%; (2) a liquidez imediata, de 1,47; e (3) investimentos de R\$ 27.933 Mil. Essas conquistas só foram possíveis devido ao comprometimento dos dirigentes, do corpo docente e administrativo da Mantenedora e das Unidades de Missão em realizar as suas atribuições da melhor maneira possível.

2. A União Brasileira de Educação Católica - UBEC

2.1. Visão Geral

A União Brasileira de Educação Católica - UBEC, fundada em 8 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional, de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins econômicos.

A UBEC é formada por cinco Congregações Religiosas, com experiência secular em educação, e um Instituto: (1) Inspeção Madre Mazzarello (IMM), da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora; (2) Sociedade Porvir Científico (SPC), Província La Salle Brasil-Chile, do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Lassalistas); (3) União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Província Marista Brasil Centro-Norte, do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; (4) Inspeção São João Bosco (ISJB), dos Padres e Irmãos Salesianos de Dom Bosco; (5) Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (ASPLA), Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo; (6) Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG).

Dessa união de forças e experiências das Congregações Religiosas que se dedicavam ao ensino na Capital Federal, surgiu o propósito de se fundar a Universidade Católica de Brasília (UCB).

2.2. Objetivos estatutários

- Manter estabelecimentos de Ensino, em todos os níveis e as modalidades.
- Criar, manter e desenvolver atividades para assegurar sua sustentabilidade e qualificação de seus serviços.
- Promover ações assistenciais e de prestação de serviços.
- Manter, em parceria com o Poder Público e/ou outras entidades, programas de enfrentamento à pobreza e provimento de condições para atender às contingências sociais.
- Manter/gerir obras sociais, centros de saúde e hospitalares, centros de formação, centros culturais, meios de comunicação social, editoração, projetos esportivos e outros, que se enquadrem em seus Princípios Fundantes, suas Finalidades e sua Missão.
- Editar materiais didático-pedagógicos e de comunicação, como: livros, apostilas, revistas, jornais, audiovisuais, tecnologia de informação e mídias de rádio e televisão.
- Incentivar a produção de insumos de qualquer ordem, inclusive agroindustriais, nos Cursos Técnicos e Superiores e nos serviços prestados, revertendo o resultado para os fins institucionais.
- Desenvolver projetos que visem à proteção do meio-ambiente.
- Criar, manter, congregar, orientar, assessorar, dirigir, planejar, incorporar, cindir e promover ações conjuntas com Obras e Instituições, que atuem no âmbito da educação, do ensino, da pesquisa, da saúde e da assistência social, do meio ambiente, dos meios de comunicação social e das emissoras de rádio e televisão.
- Celebrar contratos, convênios, contratos de gestão, acordos, termo de parceria, de cooperação técnica e outros instrumentos congêneres, com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação brasileira.

2.3. Modelo de Negócio e Rede de Ensino

Nos últimos anos, a UBEC vem desenvolvendo suas atividades em 2 (dois) segmentos de negócio:

Educação Básica	Ensino Superior
Centro Educacional Católica de Brasília (CECB)	Universidade Católica de Brasília (UCB)
Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG)	Centro Universitário do Leste de Minas (UNILESTE)
Colégio Padre De Man (CPM)	Faculdade Católica do Tocantins (FACTO)
	Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR)

Educação Básica

- A Educação Básica compreende ações voltadas para o ensino nos níveis infantil, básico e médio.
- Em Brasília, o grupo conta com o Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), reconhecido pela comunidade como um dos centros de excelência no ensino do Distrito Federal.

- Em Minas Gerais, a UBEC mantém o Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG) e o Colégio Padre De Man (CPM).

Educação Superior

- A Educação Superior compreende ações voltadas para o Ensino Superior e Pós-graduação stricto e lato sensu, que podem ser realizadas de forma presencial ou à distância.
- Em Brasília, há a Universidade Católica de Brasília (UCB), única Universidade particular localizada no Distrito Federal. Possui reconhecimento em suas pesquisas em âmbito nacional e internacional.
- Em Minas Gerais, há o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE). Incorporada ao Grupo UBEC em 2005, é o único Centro Universitário do Vale do Aço em Minas Gerais.
- Em Palmas, há a Faculdade Católica do Tocantins (FACTO).
- Em Recife, há a Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR). É a instituição, nesse segmento, mais nova do Grupo.

2.4. Responsabilidade Social

Dentro de seus objetivos estatutários, a Entidade aplica parte substancial de seus recursos na concessão de bolsas de estudos a alunos carentes, conforme assim definido pela Lei nº 12.101/2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013 e regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014.

A Administração da Entidade entende que as aplicações dos recursos em gratuidades atenderam aos preceitos da Constituição Federal no art.195, III, §7º, que concede a isenção da Contribuição Social (INSS) às entidades beneficentes de assistência social que atendem às exigências estabelecidas em Lei.

2.5. Investimentos

Em 2018, a UBEC investiu, em infraestrutura, R\$27.933 Mil, que representa 9,27% da Receita Líquida de Serviços. Entre os diversos investimentos, destacam-se: R\$15.450 Mil em obras de ampliação e modernização; R\$3.263 Mil em equipamentos de informática; R\$2.254 Mil em equipamentos médicos e laboratórios; R\$2.551 em mobiliário.

Os investimentos, em pessoal, no ano de 2018, somaram R\$9.911 Mil, que representa 2,50% da Receita Operacional Bruta. De forma direta, capacitação e palestras, a aplicação de recursos foi de R\$750 Mil. Indiretamente, estágios e bolsas funcionais, o emprego de recursos foi da ordem de R\$9.161 Mil.

2.6. Governança Corporativa

A UBEC vive um novo momento de transformação, rumo ao futuro. Começou esse processo de renovação em janeiro de 2010, quando foi iniciado o processo de implantação da Governança Corporativa, na Mantenedora e nas suas Unidades de Missão, com o objetivo de promover a longevidade institucional, garantir a presença marcante no cenário educacional brasileiro, corresponder à confiança nela depositada pelos estudantes, pelos colaboradores e por suas famílias e oferecer

educação humana e cristã de qualidade. O modelo de Governança Corporativa adotado na UBEC possui, como elementos estruturantes, a transparência, a equidade, a prestação de contas (*accountability*) e a responsabilidade corporativa.

2.7. Escritório Central - Mantenedora

A Mantenedora, denominada Escritório Central, vem passando por reestruturação organizacional, tem como prática uma gestão compartilhada no intuito de melhor atender às Unidades de Missão a realizar sua atividade-fim, ou seja, disseminar educação cristã de qualidade.

3. Relacionamento com Auditores Independentes

A UBEC não possui outros contratos com seus Auditores Independentes que não os relacionados com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Tal prática está fundamentada nos Princípios Internacionalmente Aceitos de que os auditores externos não devem auditar os seus próprios serviços, exercer funções gerenciais nem promover o interesse da Entidade.

4. Declaração do Conselho de Administração

O Conselho de Administração declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017, aprovando no seu âmbito e recomendando à Assembleia Geral à sua aprovação.

5. Parecer do Conselho Fiscal

Foram submetidas à apreciação do Conselho Fiscal da UBEC as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, para fins de emissão de parecer pelos seus membros, cuja aprovação fora formalizada na Assembleia Geral.

6. Expectativas para 2019

Em 2019 a UBEC continuará trabalhando no processo de consolidação de suas unidades, bem como no fortalecimento de seus projetos de expansão, tanto na educação à distância estabelecendo parcerias dentro e fora do Brasil, quanto na educação presencial com criação de novas unidades no território nacional.

Dentre as iniciativas previstas, merecem destaque: (1) ampliar a política de captação e retenção de alunos; (2) melhorar a rentabilidade operacional das Unidades de Missão; (3) promover o alinhamento institucional com o objetivo de ampliar a qualidade percebida pelos alunos e pela sociedade; (4) intensificar os investimentos na formação do capital humano; (5) investir no Ensino à Distância; (6) expandir a atuação para novas localidades; (7) adotar métodos inovadores de ensino; (8) aprimorar de forma continuada a jornada de atendimento dos alunos; (9) fortalecimento e vivência em processos de pastoralidade.

Não obstante as ações acima, em 2019 serão promovidas ações para fortalecimento do caixa com a busca por novas fontes de receita, uso de energia de fontes renováveis e controle contínuo das despesas. Será necessário ainda esforços para a realização de mudanças objetivando atingir os objetivos estratégicos.

7. Agradecimentos

A UBEC sente-se honrada em agradecer ao Conselho Fiscal, ao Conselho de Administração e aos colaboradores o esforço, a dedicação e o comprometimento que serviram de suporte para os resultados alcançados em 2018. Os colaboradores, mais uma vez, acreditaram na Entidade e, em um esforço conjunto, superaram os desafios. Agradecemos aos estudantes, para quem trabalhamos no intuito de continuarmos merecedores da escolha, fidelidade e confiança. Agradecemos também aos fornecedores, às instituições financeiras, às autoridades e à comunidade o apoio recebido.

A Administração.



Edifício Brasil 21
Setor Hoteleiro Sul – Quadra 6
Conjunto A – Bloco A – 1º andar – Sala 105
70.306-102 – Brasília., DF, Brasil
Tel: +55 61 2104 0100
Fax: +55 61 2105 0102
www.ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e aos Diretores da
União Brasileira de Educação Católica – UBEC
Brasília – DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da União Brasileira de Educação Católica – UBEC (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da União Brasileira de Educação Católica – UBEC em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes de erro conforme mencionado na Nota Explicativa no.4, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 20 de abril de 2018. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, examinamos também os ajustes descritos na referida Nota Explicativa que foram efetuados para alterar essas demonstrações financeiras comparativas, bem como os saldos de abertura em 1º de janeiro de 2017. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Entidade

referentes ao exercício de 2017 e balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2017, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 26 de abril de 2019.



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Alexandre Dias Fernandes
Contador CRC DF-012460/O-2

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e 1º de janeiro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.171	685	1.251
Aplicações financeiras	5	76.149	127.859	147.135
Recursos financeiros vinculados a convênios	17 (b)	1.487	2.107	3.865
Créditos a receber	6	30.945	26.226	39.017
Estoques		877	1.168	932
Adiantamento a funcionários	7	9.106	9.939	10.467
Adiantamento a fornecedores	8	3.464	2.161	1.045
Outros créditos	9	2.273	2.051	1.251
Total circulante		128.036	172.196	204.963
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Mensalidades a receber a longo prazo		3.446	899	-
Depósitos/bloqueio judiciais	19 (c)	4.561	4.760	8.570
		8.007	5.659	8.570
Investimentos - propriedades para investimento	10	24.881	41.280	32.347
Imobilizado	11	615.290	587.167	567.430
Intangível	12	3.331	2.700	3.697
		641.938	631.147	603.474
Total não circulante		649.945	636.806	612.044
Total ativo		777.981	809.002	817.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Balanço patrimonial
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 e 1º de janeiro de 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017 (reapresentado)	01/01/2017 (reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	13	6.172	7.577	5.545
Empréstimos e financiamentos	14	4.319	3.723	3.554
Obrigações trabalhistas e sociais	15	18.591	21.901	23.547
Impostos, taxas e contribuições diversas	16	3.880	4.414	4.235
Obrigações por convênios	17 (a)	3.325	3.471	3.055
Adiantamento de clientes	18	4.824	4.103	4.458
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	19 (a)	12.915	9.253	11.612
Outros passivos		151	1.567	6.782
Total circulante		54.177	56.009	62.788
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	14	15.575	18.427	20.140
Provisão para riscos fiscais	19 (a)	372.472	364.120	351.398
Demais contas a pagar/terrenos		-	-	1.474
Total não circulante		388.047	382.547	373.012
Patrimônio líquido				
Patrimônio social	20	75.400	84.458	181.662
Ajustes de avaliação patrimonial		293.343	295.046	296.749
Resultados acumulados		(32.986)	(9.058)	(97.204)
Total patrimônio líquido		335.757	370.446	381.207
Total do passivo e patrimônio líquido		777.981	809.002	817.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	2018	2017 (reapresentado)
Receita líquida de serviços	21 (a)	301.122	328.040
Custo dos serviços prestados	21 (b)	(188.489)	(205.638)
Resultado operacional bruto		112.633	122.402
Despesas (receitas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	21 (c)	(140.991)	(115.444)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	6	(4.303)	(16.326)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida	19	(13.484)	(15.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	21 (d)	4.050	(519)
		(154.727)	(147.524)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		(42.095)	(25.122)
Resultado financeiro	21 (e)		
Receitas financeiras		11.739	19.829
Despesas financeiras		(4.333)	(5.468)
		7.406	14.361
Déficit do exercício		(34.689)	(10.761)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u> (reapresentado)
Déficit do exercício	(34.689)	(10.761)
Outros componentes do resultado abrangente	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(34.689)</u>	<u>(10.761)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Outros resultados abrangentes Ajustes de avaliação patrimonial	Superávit (déficit) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2016 (originais apresentados)	181.662	296.749	(89.544)	388.867
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	(7.660)	(7.660)
Saldo em 1º de janeiro 2017 (reapresentados)	181.662	296.749	(97.204)	381.207
Incorporação ao patrimônio social	(97.204)	-	97.204	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.703)	1.703	-
Déficit do exercício (reapresentado)	-	-	(10.761)	(10.761)
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentados)	84.458	295.046	(9.058)	370.446
Incorporação ao patrimônio social	(9.058)	-	9.058	-
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	-	(1.703)	1.703	-
Déficit do exercício	-	-	(34.689)	(34.689)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	75.400	293.343	(32.986)	335.757

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Demonstração dos fluxos de caixa (Método Indireto)
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	2018	2017 (reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(34.689)	(10.761)
Ajustes por		
Depreciação/amortização/outros ajustes	16.565	16.552
Reversão/Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida	13.484	15.235
Ganho na venda de Investimento/Imobilizado	(475)	34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	4.303	16.326
Juros e correção monetária incorridos	1.980	2.944
Outros	90	3.286
	1.258	43.617
Variação das contas patrimoniais		
(Aumento)/redução nas aplicações financeiras temporárias	51.720	19.276
(Aumento)/redução nos recursos financ vinc a proj e convênios	620	1.758
(Aumento)/redução nas contas a receber de clientes	(11.569)	(4.434)
(Aumento)/redução nos estoques	291	(236)
(Aumento)/redução em adiantamentos	(470)	(588)
(Aumento)/redução em outros ativos	1.948	2.682
Aumento/(redução) em fornecedores	(1.405)	2.032
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas e sociais	(4.280)	(3.098)
Aumento/(redução) em contingências cíveis, fiscais e trabalhista	(1.469)	(4.872)
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	721	(355)
Aumento/(redução) em obrigações por convênios	(1.773)	(945)
Aumento/(redução) em outros passivos	(1.415)	(6.689)
	32.909	4.531
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	34.168	48.147
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisição de ativo imobilizado	(26.365)	(33.865)
Aquisição de propriedade para investimento	(380)	(9.295)
Baixas de ativo imobilizado	493	73
Aquisição de ativo intangível	(1.681)	(1.138)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(27.933)	(44.225)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos de principal	(2.447)	(2.405)
Pagamentos de juros	(2.301)	(2.083)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(4.748)	(4.488)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	1.486	(566)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	685	1.251
No fim do exercício	2.171	685
	1.486	(566)
Transações que não envolvem caixa		
Arrendamento mercantil	512	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras

Exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.1. Informações gerais

A União Brasileira de Educação Católica (UBEC) - (“UBEC” ou “Entidade”), fundada em 8 de agosto de 1972, é uma associação civil, confessional de direito privado e de caráter assistencial, educacional, filantrópico e sem fins lucrativos.

A UBEC tem por objetivo prover ações em educação superior, educação básica, pesquisa, meio ambiente, meios de comunicação social, emissoras de rádio e televisão e para o desenvolvimento de suas atividades.

A UBEC é formada por cinco Congregações Religiosas, com experiência secular em educação, e um Instituto: (1) Inspeção Madre Mazzarello (IMM), da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora; (2) Sociedade Porvir Científico (SPC), Província Lassalista de Porto Alegre, do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs (Lassalistas); (3) União Brasileira de Educação e Ensino (UBEE), Província Marista Brasil Centro-Norte, do Instituto dos Irmãos Maristas das Escolas; (4) Inspeção São João Bosco (ISJB), dos Padres e Irmãos Salesianos de Dom Bosco; (5) Associação Planalto de Assistência e Instrução Popular (ASPLA), Província São José da Congregação dos Sagrados Estigmas de Nosso Senhor Jesus Cristo; (6) Instituto Católico de Minas Gerais (ICMG).

A UBEC é uma Mantenedora de Instituições de Ensino com sede em Brasília - DF, possuindo oito unidades no Brasil, sendo: um escritório administrativo sediado no Distrito Federal, quatro instituições de ensino superior (Universidade Católica de Brasília (UCB), Faculdade Católica de Tocantins (FACTO), o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE) e a Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR) além de três colégios de ensino básico (Centro Educacional Católica de Brasília (CECB), Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG) e o Colégio Padre De Man (CPM).

A Entidade foi declarada de Utilidade Pública Federal em 4 de junho de 1981 e periodicamente apresenta o relatório anual de serviços para fins de manutenção do Título de Utilidade Pública Federal.

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade

A Entidade é certificada pelo Ministério da Educação (MEC), como Entidade Beneficente de Assistência Social mediante Portaria nº 1.288, de 10 de junho de 2011, publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 13 de junho de 2011.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade--Continuação

Em 28 de junho de 2012, a UBEC protocolizou tempestivamente no MEC a renovação do certificado através do Processo de nº 23000.009918/2012-61, que se encontra no aguardo do término da análise. O protocolo de renovação serve como prova da regularidade da certificação até o julgamento do referido processo, nos termos do § 1º e § 2º do art. 24 da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868/2013.

Em 29 de junho de 2015, a Entidade reiterou tempestivamente seu pedido de renovação do CEBAS no MEC, através do Processo de nº 23000.008328/2015-64, permanecendo no aguardo pelo término da análise do referido Ministério, tendo este último a vigência para o período de 1º de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018, conforme § 1º e § 2º do art. 24 da Lei nº 12.101/2009.

Em 5 de dezembro de 2018, seguindo o disposto na Lei 12.101/2009, a Entidade protocolou novamente seu pedido de renovação do CEBAS, através do Processo de nº 23000.039477/2018-18, com vigência para o período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2021.

A UBEC possui como atividade de atuação preponderante a área de Educação, atuando nos níveis do Ensino Superior e da Educação Básica, exercendo também ações na área de saúde, através do Centro Especializado de Reabilitação (CER), por meio de um Contrato existente entre a Prefeitura de Ipatinga e o Unileste.

Educação básica

A UBEC, para atendimento da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014, concede bolsas de estudos integrais e parciais de 50% aos alunos hipossuficientes, por meio de processo seletivo regido por edital específico nas três unidades de Educação Básica por ela mantida: Centro Educacional Católica de Brasília (CECB) - localizada em Águas Claras/DF, o Colégio Padre De Man (CPM) e o Centro Educacional Católica de Minas Gerais (CECMG) - situados respectivamente em Coronel Fabriciano/MG e Timóteo/MG.

Ensino superior

A UBEC possui quatro unidades de atuação no Ensino Superior: Universidade Católica de Brasília (UCB), sediada em Águas Claras/DF; Centro Universitário do Leste de Minas (UNILESTE), localizada em Coronel Fabriciano/MG; e a Faculdade Católica de Tocantins (FACTO) com sede em Palmas/TO e Faculdade Imaculada Conceição do Recife (FICR).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade--Continuação

Ensino superior--Continuação

Por meio dessas quatro unidades, a UBEC vem viabilizando o acesso ao Ensino Superior aos alunos com hipossuficiência de recursos financeiros, através da oferta de bolsas integrais de estudo para os cursos de graduação e sequenciais de formação específica, concedidas aos candidatos inscritos no Programa Universidade para Todos (ProUni) e selecionados pelo MEC, gestor desse Programa, tendo como base a Lei nº 11.096/2005 e do seu respectivo Decreto nº 5.493/2005 e bolsas de estudos integrais e parciais de 50% aos alunos hipossuficientes, por meio de processo seletivo regido por edital específico, atendendo às determinações da Lei nº 12.101/2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242/2014.

Saúde/Projeto CER-Centro Especializado de Reabilitação

As ações desenvolvidas pelo CER incluem avaliação, prescrição, adequação, treinamento, acompanhamento e dispensação de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção, incorporando a modalidade de CER-II em 2016, através da realização de atendimentos a pacientes com deficiências sensoriais e visuais.

O Projeto CER faz atendimentos exclusivos a pacientes direcionados pela Secretária de Saúde, que são Indivíduos com Deficiência Física temporária ou permanente, que necessitam de assistência multiprofissional e residam em um dos 35 municípios das microrregiões de Coronel Fabriciano, Ipatinga e Caratinga. Os pacientes não realizam nenhum tipo de pagamento a Unidade, com atendimentos gratuitos e disponibilizados no campus de Ipatinga do Unileste.

Cálculo da filantropia

Para fins de renovação do CEBAS, a UBEC, que atua nas diferentes etapas e modalidades da educação, presencial e à distância e realiza ações da área de saúde:

- a) Demonstrou sua adequação às diretrizes e às metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE), na forma do art. 24 da Constituição Federal.
- b) Atendeu a padrões mínimos de qualidade, aferidos pelos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.2. Aspectos relacionados à filantropia/gratuidade--Continuação

Cálculo da filantropia--Continuação

- c) Concedeu anualmente bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada 5 (cinco) alunos pagantes.
- d) As bolsas integrais de que tratam a da Lei 12.101/2009, são benefícios próprios, concedidos a estudantes em situação de hipossuficiência, enquadrados nos art. 14 e 15 da referida lei.
- e) De acordo com o § 2º, art. 13-C da Lei 12.101/2009, não se consideram alunos pagantes os inadimplentes por período superior a 90 (noventa) dias, cujas matrículas tenham sido recusadas no período letivo imediatamente subsequente ao inadimplemento, conforme definido em regulamento.
- f) Em conformidade com o § 5º, art. 5º da Lei 11.096/2005 e § 3º, Art. 13-A da Lei 12.101/2009, a UBEC concede uma bolsa de estudos integral para cada 9 alunos pagantes no âmbito do ProUni.
- g) Tendo em vista que a UBEC atende o § 3º, art. 13-A da Lei 12.101/2009, cumprindo assim a proporção de uma bolsa de estudo integral para cada 9 (nove) alunos pagantes no âmbito do ProUni. São ofertadas bolsas parciais 50% (cinquenta por cento), concedidas aos estudantes em situação de hipossuficiência, enquadrados nos Arts. 14 e 15 da referida lei.
- h) De acordo com o art. 13-C da lei 12.101/2009, consideram-se alunos pagantes, para fins de aplicação das proporções previstas no art. 13, 13-A e 13-B, o total de alunos que não possuem bolsas de estudo integrais, dessa forma, os outros tipos de bolsas integrais irão deduzir a base de alunos pagantes.
- i) Prestou contas na área da saúde das ações executadas pelos Centro Especializado de Reabilitação/ CER-II do Unileste.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Educação básica	Nota	2018		2017	
		Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados		4.212	50.705	4.574	51.826
Bolsas integrais da Lei 12.101/2009	(d)	535	6.520	656	7.466
Bolsas integrais para alunos com deficiência		-	-	-	-
Bolsas integrais e em tempo integral		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas integrais (especificar)	(h)	163	2.207	176	2.257
Alunos inadimplentes	(e)	144	-	236	-
Bolsas parciais 50% da Lei 12.101/2009	(g)	287	1.606	186	1.228
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)		-	-	-	-
Benefícios complementares (especificar o tipo)		-	-	-	-

Educação superior	Nota	2018		2017	
		Quantidade	Valores	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados		17.107	335.488	19.796	386.962
Bolsas integrais Prouni	(f)	2.366	40.022	2.783	49.215
Bolsas integrais (recursos próprios)	(d)	250	4.526	335	8.358
Bolsas integrais (pós graduação strictu sensu)		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas integrais	(h)	93	739	201	2.984
Alunos inadimplentes	(e)	819	-	898	-
Bolsas parciais 50% Prouni		18	81	-	-
Bolsas parciais 50% (recursos próprios)	(g)	229	1.973	114	1.259
Bolsas parciais 50% (pós graduação strictu sensu)		-	-	-	-
Outros tipos de bolsas parciais (especificar)		-	-	-	-
Benefícios complementares (especificar o tipo)		-	-	-	-

1.3. Benefícios fiscais usufruídos

Em conformidade ao art. 29 da Lei nº 12.101/2009, para usufruir da isenção do pagamento das contribuições da Cota Patronal para INSS, COFINS, PIS sobre folha de pagamento e Contribuição Social sobre o Superávit, a Entidade declara ter cumprido:

- (I) Não percebam seus diretores, conselheiros, sócios, instituidores ou benfeitores remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos, exceto no caso de associações assistenciais ou fundações, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações;

- (II) Aplique suas rendas, seus recursos e eventual superávit integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- (III) Apresente certidão negativa ou certidão positiva com efeito de negativa de débitos relativos aos tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- (IV) Mantenha escrituração contábil regular que registre as receitas e despesas, bem como a aplicação em gratuidade de forma segregada, em consonância com as normas emanadas do Conselho Federal de Contabilidade;
- (V) Não distribua resultados, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, sob qualquer forma ou pretexto;
- (VI) Conserve em boa ordem, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem e a aplicação de seus recursos e os relativos a atos ou operações realizados que impliquem modificação da situação patrimonial;
- (VII) Cumpra as obrigações acessórias estabelecidas na legislação tributária; e
- (VIII) Apresente as demonstrações contábeis e financeiras devidamente auditadas por auditor independente legalmente habilitado nos Conselhos Regionais de Contabilidade quando a receita bruta anual auferida for superior ao limite fixado pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Segue abaixo, a isenção fiscal usufruída nos exercícios de 2018 e 2017:

	Benefícios fiscais usufruídos (R\$ mil)	
	2018	2017
INSS - Isenção Quota Patronal s/Folha Pagamento	46.254	50.056
INSS Patronal s/Serviços Prestados PF	71	110
PIS s/Folha Pagamento	1.854	1.981
COFINS	11.885	13.374
Total	60.064	65.521

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as disposições previstas na legislação societária brasileira, incluindo os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), bem como com as normas contábeis complementares para entidades sem fins lucrativos, todos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.1. Base de apresentação--Continuação

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração. As informações comparativas apresentadas nestas demonstrações financeiras foram retificadas conforme detalhado na Nota Explicativa 4.

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Assembleia Geral da União Brasileira de Educação Católica (UBEC) em 26 de abril de 2019.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade.

2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua pela Administração. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material no próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras incluem:

- Provisão para redução ao valor recuperável de ativos financeiros (Nota Explicativa nº 6);
- A vida útil e o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota Explicativa nº 11);
- A vida útil e o cálculo das amortizações sobre o ativo intangível (Nota Explicativa nº 12);
- Incertezas relativas às premissas de provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota Explicativa nº 19).

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação. A Administração revisa essas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente com aquelas apresentadas no exercício anterior, exceto quando indicado de forma diversa e permitido pela regra de transição.

3.1. Novos pronunciamentos adotados ou revisados

A Entidade adotou pela primeira vez o CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. No entanto, tais adoções não afetaram materialmente as suas demonstrações financeiras, exceto quanto à provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre os recebíveis (*impairment*).

a) Instrumentos financeiros

O CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento trouxe são:

- Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
- Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, com base em perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
- Alteração das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

Ativos financeiros

O CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros, são geralmente mensurados ao custo amortizado. Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a “valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes” (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.1. Novos pronunciamentos adotados ou revisados--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Não houve mudança relevante de classificação dos instrumentos financeiros em razão da adoção da nova norma comparado com aquela efetuada em 31 de dezembro de 2017 (valor justo por meio do resultado). As aplicações financeiras são destinadas para satisfazer compromisso de curto prazo da Entidade e são liquidadas frequentemente com esse objetivo, não possuindo um modelo de negócios para recebimento de fluxos de caixa contratuais.

Os recebíveis anteriormente classificados como “empréstimos e recebíveis” tiveram sua classificação alterada para “custo amortizado”, sem, no entanto, alterar a forma de reconhecimento inicial e mensuração subsequente, que continua pelo custo amortizado (recebimento de fluxos de caixa contratuais). Os passivos financeiros são todos classificados e mensurados pelo custo amortizado, sem alteração com a prática contábil anterior.

Os numerários classificados como caixa e equivalentes de caixa continuam sendo classificados e apresentados conforme o Pronunciamento Técnico CPC 3(R2), que não foi modificado em razão da vigência da referida nova norma contábil.

Créditos a receber

Os valores registrados em créditos a receber são em sua grande maioria decorrentes de mensalidades provenientes da prestação de serviços de atividades de ensino e não incluem montantes de serviços prestados após as datas dos balanços, deduzidos da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) (vide Nota Explicativa nº 6). Os valores recebidos, referentes a serviços ainda não prestados nas datas dos balanços, são contabilizados como adiantamento de mensalidades (passivo exigível), e são reconhecidos no respectivo resultado do período de acordo com o regime de competência.

A Entidade também possui créditos educacionais oriundos do Sistema FIES representados pelos repasses de mensalidades dos alunos que contrataram o financiamento estudantil com a Caixa Econômica Federal - CEF. Estes recursos financeiros são repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.1. Novos pronunciamentos adotados ou revisados--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Redução no valor recuperável (impairment)

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido no CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a entidade registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. De acordo com o CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia estimou a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido nessa nova norma, sendo seus impactos demonstrados na Nota 6.

Passivos financeiros

A Companhia designou todos seus passivos financeiros como custo amortizado.

Contabilidade de hedge

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de hedge mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do CPC 38 (*hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido no exterior).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.1. Novos pronunciamentos adotados ou revisados--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

Contabilidade de hedge--Continuação

O CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de hedge, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de hedge. Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da “relação econômica”, assim como foi eliminada a necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos das companhias.

A Entidade não operou com contabilidade de *hedge*, nos exercícios de 2018 e 2017.

i) *Divulgações*

O CPC 48 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia faz as divulgações necessárias na Nota 23 - instrumentos financeiros.

ii) *Transição*

A Companhia adotou a isenção que permitiu não rerepresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo perdas de créditos esperadas.

Não houve diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48, e, portanto, nenhum ajuste foi reconhecido no patrimônio líquido da Entidade em 1º de janeiro de 2018.

b) Receitas de contratos com clientes

O CPC 47 substituiu as orientações de reconhecimento da receita presente no CPC 30 (R1) - Receitas, CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.1. Novos pronunciamentos adotados ou revisados--Continuação

b) Receitas de contratos com clientes--Continuação

Os princípios fundamentais do CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços.

Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

- Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
- Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
- Determinar o preço da transação.
- Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
- Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com o CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é transferido ao cliente. A Entidade auferir receitas provenientes principalmente pela prestação de serviços educacionais e as reconhece pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o serviço é prestado, com periodicidade mensal.

De acordo com o CPC 47, a Entidade só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.1. Novos pronunciamentos adotados ou revisados--Continuação

b) Receitas de contratos com clientes--Continuação

Outras receitas

A Entidade possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a atividade de serviços educacionais, que podem ser inerentes ao seu segmento ou receitas de atividades acessórias. Não houve alterações no reconhecimento e mensuração dessa receita nas demonstrações financeiras em razão da adoção da nova norma quando comparado com a política vigente anteriormente.

i) Transição

A Entidade adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicou os requerimentos do CPC 47 ao período comparativo apresentado. Não houve ajustes nas demonstrações financeiras da Companhia em razão da adoção do CPC 47.

3.2. Classificação circulante e não circulante

A Entidade apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.2. Classificação circulante e não circulante--Continuação

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

A Entidade classifica todos os demais passivos no não circulante.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e numerários mantidos com instituições financeiras, de curto prazo com alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor. Estão mensurados ao custo amortizado.

3.4. Apuração do resultado do exercício (superávit/déficit)

As receitas e as despesas são contabilizadas pelo regime de competência. Os gastos classificados como custos dos serviços prestados referem-se àqueles incorridos diretamente na prestação de serviços de ensino, principalmente gastos com pessoal, depreciação e amortização, incorridos nas unidades de ensino (vide Nota Explicativa nº 21).

3.5. Propriedades para investimento

Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. As aquisições são registradas ao custo de aquisição sendo deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, conforme a vida útil (Nota Explicativa nº 10).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.5. Propriedades para investimento--Continuação

Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculados pela diferença entre o valor líquido recebido e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício. Quando uma propriedade para investimento previamente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados.

Quando a utilização da propriedade muda de tal forma que ela é reclassificada como imobilizado, seu valor justo apurado na data da reclassificação torna-se seu custo para a contabilização subsequente.

3.6. Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

São registrados todos os bens cujos controle, riscos e benefícios foram transferidos à Entidade, incluindo os bens sob arrendamento mercantil na modalidade de arrendamento financeiro. As aquisições são registradas ao custo de aquisição, sendo deduzidos das respectivas depreciações acumuladas, conforme a vida útil (Nota Explicativa nº 11).

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo e o passivo correspondente, quando aplicável, é reconhecido como provisões no passivo.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Entidade. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii) Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada bem. Terrenos não são depreciados.

Bens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.6. Imobilizado--Continuação

iii) Depreciação--Continuação

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 11a.

3.7. Intangível - Programas de computador (softwares)

Os gastos com a aquisição de Software são registrados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas de acordo com o prazo de geração de benefícios econômicos futuros. (Nota Explicativa nº 12).

3.8. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Os ativos sujeitos a depreciação e a amortização são revisados para a verificação de redução ao valor recuperável sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). Nos exercícios de 2018 e 2017, não houve indicativos de evidência de redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

3.9. Empréstimos e financiamentos

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis que estão apresentados de forma retificada dos respectivos saldos de empréstimos e financiamentos e são alocados como despesas financeiras (diferidos) pelos prazos de vigência dos contratos de origem. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos (vide Nota Explicativa nº 14).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.10. Provisões

i) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

ii) Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas

As provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas, relacionada a processos judiciais e administrativos, são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (Nota 19).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.11. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de remuneração em dinheiro, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Descrição das principais práticas contábeis adotadas--Continuação

3.11. Benefícios a empregados--Continuação

Benefícios pós-emprego

A Entidade não possui obrigações com os empregados de benefícios pós-emprego.

3.12. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço

4. Reapresentação de valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a Entidade possui registrado um empréstimo com o Banco Santander com início no exercício de 2013 e vencimento em 2023, com encargos sujeitos à variação de taxas de juros pré-fixadas e atualização monetária com base na variação do CDI (vide informações mais detalhadas na referida Nota Explicativa). Em 2018, a Entidade observou que o respectivo saldo devedor relativo a esse empréstimo não vinha sendo atualizado pela variação da taxa do CDI de acordo com a competência e sim somente na proporção das prestações pagas e a despesa financeira registrada somente sobre essa proporção por ocasião dos pagamentos. Assim, a Entidade efetuou o recálculo do saldo devedor desse passivo financeiro atualizado com todos os encargos contratuais para cada data de reporte e está reapresentando os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2017 e 31 de dezembro de 2017 originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daqueles exercícios, de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado a seguir:

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Balço patrimonial
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Saldos divulgados em 31/12/2016	Ajustes/ reclassificação	Saldos reapresentados em 01/01/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	1.251		1.251
Aplicações financeiras	147.135		147.135
Recursos financeiros vinculados a convênios	3.865		3.865
Créditos a receber	39.017		39.017
Estoques	932		932
Adiantamento a funcionários	10.467		10.467
Adiantamento a fornecedores	1.045		1.045
Outros créditos	1.251		1.251
Total circulante	204.963		204.963
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Depósitos/bloqueio judiciais	8.570		8.570
	8.570		8.570
Investimentos - propriedades para investimento	32.347		32.347
Imobilizado	567.430		567.430
Intangível	3.697		3.697
	603.474		603.474
Total não circulante	612.044		612.044
Total ativo	817.007		817.007

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Balço patrimonial--Continuação
31 de dezembro de 2016
(Em milhares de reais)

	Saldos divulgados em 31/12/2016	Ajustes/ reclassificação	Saldos reapresentados em 01/01/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	5.545		5.545
Empréstimos e financiamentos	2.405	1.149	3.554
Obrigações trabalhistas e sociais	23.547		23.547
Impostos, taxas e contribuições diversas	4.235		4.235
Obrigações por convênios	3.055		3.055
Adiantamento de clientes	4.458		4.458
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas	11.612		11.612
Outros passivos	6.782		6.782
Total circulante	<u>61.639</u>		<u>62.788</u>
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.629	6.511	20.140
Provisão para riscos fiscais	351.398		351.398
Demais contas a pagar/terrenos	1.474		1.474
Total não circulante	<u>366.501</u>		<u>373.012</u>
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	181.662		181.662
Ajustes de avaliação patrimonial	296.749		296.749
Resultados acumulados	(89.544)	(7.660)	(97.204)
Total patrimônio líquido	<u>388.867</u>		<u>381.207</u>
 Total do passivo e patrimônio líquido	 <u>817.007</u>		 <u>817.007</u>

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Balço patrimonial--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Saldos divulgados em 31/12/2017	Ajustes/ reclassificação	Saldos reapresentados 31/12/2017
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	685		685
Aplicações financeiras	127.859		127.859
Recursos financeiros vinculados a convênios	2.107		2.107
Créditos a receber	26.226		26.226
Estoques	1.168		1.168
Adiantamento a funcionários	9.939		9.939
Adiantamento a fornecedores	2.161		2.161
Outros créditos	2.051		2.051
Total circulante	172.196		172.196
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Mensalidades a receber a longo prazo	899		899
Depósitos/bloqueio judiciais	4.760		4.760
	5.659		5.659
Investimentos - propriedades para investimento	41.280		41.280
Imobilizado	587.167		587.167
Intangível	2.700		2.700
	631.147		631.147
Total não circulante	636.806		636.806
Total ativo	809.002		809.002

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Balço patrimonial--Continuação
31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Saldos divulgados em 31/12/2017	Ajustes/ reclassificação	Saldos reapresentados 31/12/2017
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	7.577		7.577
Empréstimos e financiamentos	2.426	1.297	3.723
Obrigações trabalhistas e sociais	21.901		21.901
Impostos, taxas e contribuições diversas	4.414		4.414
Obrigações por convênios	3.471		3.471
Adiantamento de clientes	4.103		4.103
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas	9.253		9.253
Outros passivos	1.567		1.567
Total circulante	54.712		56.009
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11.224	7.203	18.427
Provisão para riscos fiscais	364.120		364.120
Demais contas a pagar/terrenos	-		-
Total não circulante	375.344		382.547
Patrimônio líquido			
Patrimônio social	92.118	(7.660)	84.458
Ajustes de avaliação patrimonial	295.046		295.046
Resultados acumulados	(8.218)	(840)	(9.058)
Total patrimônio líquido	378.946		370.446
Total do passivo e patrimônio líquido	809.002		809.002

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Demonstração do resultado
Exercício de 2017
(Em milhares de reais)

	Saldos divulgados em 2017	Ajustes/ reclassificação	Saldos reapresentados 2017
Receita operacional bruta	445.808		445.808
Receita bruta de educação	441.966		441.966
Receita de mensalidades	439.244		439.244
Prestação de serviços	2.722		2.722
(-) Deduções da receita bruta de educação	(117.768)		(117.768)
Bolsa Prouni	(49.216)		(49.216)
Bolsa social	(18.312)		(18.312)
Bolsas funcionais	(8.961)		(8.961)
Descontos concedidos sobre mensalidades	(38.684)		(38.684)
Devoluções e cancelamentos	(2.589)		(2.589)
Outras deduções	(6)		(6)
Outras receitas	3.063		3.063
Convênios	3.063		3.063
Receita bruta de saúde	779		779
Receita SUS/Unileste	779		779
Receita líquida	328.040		328.040
Custo do serviço educacional	(205.146)		(205.146)
Custo do serviço de saúde	(492)		(492)
Resultado operacional bruto	122.402		122.402
(Despesas) receitas operacionais	(147.524)		(147.524)
Despesas gerais e administrativas	(115.444)		(115.444)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(16.326)		(16.326)
Provisão para contingências	(15.235)		(15.235)
Outras receitas (despesas) operacionais	(519)		(519)
Resultado financeiro	15.201	840	14.361
Receitas financeiras	19.829		19.829
Despesas financeiras	(4.628)	(840)	(5.468)
Isenções usufruídas			
Renúncia fiscal obtida	65.521		65.521
Renúncia fiscal	(65.521)		(65.521)
Superávit (déficit) do exercício	(9.921)		(10.761)

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Reapresentação de valores correspondentes--Continuação

Demonstração do fluxo de caixa (Método Indireto)
Exercício findo em 31 de dezembro de 2017
(Em milhares de reais)

	Saldos divulgados em 2017	Ajustes/ reclassificação	Saldos reapresentados 2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Superávit (déficit) do exercício	(9.921)	(840)	(10.761)
Ajustes por:			
Depreciação/amortização/outros ajustes	16.552	-	16.552
Reversão/provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais líquida	15.235	-	15.235
Ganho na venda de Investimento/Imobilizado	34	-	34
Provisão para créditos de liquidação duvidosa líquida	16.326	-	16.326
Juros e correção monetária incorridos	-	2.944	2.944
Outros	3.286	-	3.286
	41.512	2.104	43.616
Varição das contas patrimoniais			
(Aumento)/redução nas aplicações	19.276	-	19.276
(Aumento)/redução nos recursos financ vinc a proj e convênios	1.758	-	1.758
(Aumento)/redução nas contas a receber de clientes	(4.434)	-	(4.434)
(Aumento)/redução nos estoques	(236)	-	(236)
(Aumento)/redução em adiantamentos	(588)	-	(588)
(Aumento)/redução em outros ativos	2.683	-	2.683
Aumento/(redução) em fornecedores	2.032	-	2.032
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas e sociais	(3.098)	-	(3.098)
Aumento/(redução) em contingências cíveis, fiscais e trabalhista	(4.872)	-	(4.872)
Aumento/(redução) em adiantamento de clientes	(355)	-	(355)
Aumento/(redução) em obrigações por convênios	(945)	-	(945)
Aumento/(redução) em outros passivos	(6.690)	-	(6.690)
	4.531	-	4.531
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	46.043	2.104	48.147
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	(33.865)	-	(33.865)
Aquisição de propriedade para investimento	(9.295)	-	(9.295)
Baixas de ativo imobilizado	73	-	73
Aquisição de ativo intangível	(1.138)	-	(1.138)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(44.225)	-	(44.225)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos de principal	(2.384)	(21)	(2.405)
Pagamentos de juros	-	(2.083)	(2.083)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento	(2.384)	(2.104)	(4.488)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	(566)	-	(566)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1.251	-	1.251
No fim do exercício	685	-	685
	(566)	-	(566)

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras temporárias

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Caixa e contas bancárias	2.171	685
Total Caixa e equivalentes de caixa	2.171	685
Cotas de Fundo de Investimentos de Renda Fixa (a)	74.918	124.534
Outras Aplicações	1.231	3.325
Total Aplicações financeiras temporárias	78.320	128.544

(a) As aplicações desses recursos estão no Banco Santander e Itaú, nas seguintes condições:

- Tipo de Investimento: Fundos de Investimento DI
- Taxa: média de 5,66% ao ano com resgate automático

6. Créditos a receber

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Mensalidade Receber (a)	88.305	112.042
Cheques em Cobrança (b)	2.625	2.655
Fies a Receber (c)	18.101	22.265
Outros valores a Receber	3.637	3.525
Bolsa FAP e SEDEST (d)	985	985
(-) Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa Mensalidade (i)	(70.768)	(102.244)
(-) Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa sobre Bolsas de Estudos (ii)	(8.337)	(11.992)
(-) Provisão para Créditos de liquidação Duvidosa sobre Taxas Esportivas (iii)	(157)	(111)
Total	34.391	26.226
Circulante	30.945	26.226
Não Circulante	3.446	899

- (a) Representado pelo valor faturado de acordo com os períodos de competência e são provenientes preponderantemente dos cursos de nível superior e ensino básico oferecidos nas unidades de ensino.
- (b) O saldo da rubrica "Cheques" em Cobrança é decorrente de negociações de mensalidades a receber em atraso.
- (c) Representa o crédito decorrente de Financiamento Estudantil com a Caixa Econômica Federal e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. Do saldo em aberto, R\$8.659mil são referentes às concessões efetuadas no ano de 2018.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (d) O saldo da rubrica Bolsa FAPDF (Fundação de Apoio à Pesquisa do DF) de Amparo ao Trabalhador e SEDEST (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e transferência de Renda) é representado pelos valores a receber decorrentes de convênio para concessão de bolsas de estudo a alunos, entre a Universidade Católica de Brasília (UCB) e o Governo do Distrito Federal (GDF).

6. Créditos a receber--Continuação

(i) PCLD sobre créditos derivados de mensalidades

Conforme descrito na Nota Explicativa 3, a partir do exercício de 2018, a Entidade passou a calcular a provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD) sobre seus recebíveis, com base no modelo de perda esperada dos ativos financeiros. Esse modelo leva em consideração o provisionamento dos recebíveis com evidência objetiva de perda e também dos recebíveis com perda esperada considerando o histórico de perdas e probabilidade futura de default. O impacto desse novo modelo de provisionamento sobre o total de recebíveis de mensalidades em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$12.327, quando comparado com o modelo adotado anteriormente (até 31 de dezembro de 2018). O histórico de perdas calculado e adotado foi de 5,57% com base nas informações dos últimos 5 anos.

Assim, o saldo total provisionado das mensalidades a receber e cheques em cobrança em 31 de dezembro de 2018 é de R\$70.768 (R\$102.244 em 31 de dezembro de 2017).

Movimentação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Inicial	(102.244)	(88.897)
Constituições	(15.151)	(30.849)
Alteração do critério da PCLD	(12.327)	-
Transferência PCLD-Créditos derivados de bolsas de estudos	-	34
Baixa (a)	38.375	476
Reversões	20.579	16.992
Saldo final	<u>(70.768)</u>	<u>(102.244)</u>

- (a) Em 31/12/2018 foi realizada a baixa das mensalidades prescritas do ano de 2003 a 2013 no valor total de R\$38.364 e baixa de cheques no valor de R\$11 contra a PCLD.

(ii) PCLD sobre créditos derivados de créditos estudantis

É constituída Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa derivada de créditos estudantis quando há inadimplência pelo órgão repassador e quando não há perspectivas razoáveis de recebimento pela unidade de ensino baseado em perdas incorridas e esperadas. No exercício de 2018, a Administração, baseada nesses fatos, julgou ser necessário o reconhecimento de provisão dos créditos no valor total de R\$8.337 (R\$11.991 em 2017).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Créditos a receber--Continuação

(ii) PCLD sobre créditos derivados de créditos estudantis--Continuação

Movimentação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Inicial	(11.991)	(9.639)
Constituições FAP /SEDEST e Pró Educar	(1)	-
Constituições FIES (a)	(727)	(2.705)
Reversões Conv. FAP/SEDEST	-	41
Transferências FIES (b)	-	(34)
Alteração do critério	2.547	-
Reversões FIES (c)	1.835	346
Saldo final	(8.337)	(11.991)

- (a) O valor de constituição de PCLD sobre o FIES é representado por 2% sobre o saldo em aberto de 2015 a 31/12/2018, desconsiderando desse saldo o valor de R\$5.539 com previsão de recebimento em 01/2019. Esse valor refere-se a título de garantia mínima destinada a cobrir o fundo de financiamento, conforme Portaria do MEC nº 21/2010.
- (b) Em 2016, esses valores foram integralmente provisionados em PCLD na conta de Mensalidades a receber, já em 2017 os valores foram transferidos para serem provisionados em PCLD FIES.
- (c) As reversões do FIES ocorridas em 2018 são referentes a R\$1.997 de recebimentos do FNDE de concessões realizadas em exercícios anteriores e R\$1.958 referente a mudança de estimativa no critério adotado em anos anteriores.

(iii) Provisão para créditos de liquidação duvidosas sobre taxas esportivas

Refere-se a constituição de provisão sobre taxas de práticas esportivas oriundas das unidades de ensino básico.

Movimentação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Inicial	(111)	-
Constituições	(46)	(111)
Saldo final	(157)	(111)

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Adiantamentos a funcionários

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Adiantamento de Férias	8.154	9.176
Outros	952	763
Total	<u>9.106</u>	<u>9.939</u>

8. Adiantamento a fornecedores

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Produtos	212	580
Despesas antecipadas (a)	3.252	1.581
Total	<u>3.464</u>	<u>2.161</u>

(a) Do saldo de 2018, destacam-se R\$1.500 referente a virtualização das máquinas e R\$715 referente a aquisição de licenças de uso da Microsoft.

9. Outros créditos

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convênio/Projeto RMVA (a)	2.138	1.759
Aluguéis a Receber	354	321
Tributos a Recuperar	123	288
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - aluguéis (b)	(342)	(317)
Total	<u>2.273</u>	<u>2.051</u>

(a) Convênio/Projeto RMVA: valores a receber conforme cronograma de desembolso, constante no contrato firmado entre as partes. Vide Nota Explicativa nº 17.

(b) Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa de aluguéis relativos a valores em aberto dos anos de 2009 a 2018, desconsiderando valores já pagos em 2018, e R\$193 são referentes à Empresa Alfa e estão em cobrança judicial.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos - propriedades para investimento

Movimentação - Exercício de 2018

Descrição (Custo)	31/12/2017		31/12/2018		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	42.924	380	-	(16.415)	26.889
Obras de arte	6	-	-	-	6
Total do custo	42.930	380	-	(16.415)	26.895

Descrição (Depreciação)	31/12/2017		31/12/2018		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	(1.650)	(391)	-	27	(2.014)
Total da depreciação acumulada	(1.650)	(391)	-	27	(2.014)
Saldo líquido	41.280	(11)	-	(16.388)	24.881

Movimentação - Exercício de 2017

Descrição (Custo)	31/12/2016		31/12/2017		Custo
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	33.629	9.295	-	-	42.924
Obras de arte	6	-	-	-	6
Total do custo	33.635	9.295	-	-	42.930

Descrição (Depreciação)	31/12/2016		31/12/2017		Depreciação acumulada
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	
Propriedade para investimentos (a)	(1.288)	(362)	-	-	(1.650)
Total da depreciação acumulada	(1.288)	(362)	-	-	(1.650)
Saldo líquido	32.347	8.933	-	-	41.280

As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme laudo pericial elaborado por perito externo. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens. As taxas de depreciação aplicadas nas propriedades para investimentos são as mesmas aplicadas no imobilizado (vide Nota Explicativa nº 10.a).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Investimentos - propriedades para investimento--Continuação

Movimentação - Exercício de 2018

(a) Composição e valores justos:

- R\$11.850 referem-se a 95,68% do Prédio do Hospital da Universidade Católica de Brasília - HUCB, os valores justos destes imóveis foram avaliados em R\$14.000 em 31/12/2018.
- R\$5.656 são referentes a aquisição de 4 lotes com área total de 18.254 m² em novembro de 2015, para fins de investimento, na cidade de Palmas - TO. O valor justo dos lotes foi avaliado em R\$7.330 em 31/12/2018.
- Em janeiro de 2017 foram adquiridas 40 salas comerciais no Empreendimento Connect Towers em Taguatinga - DF, registrados pelo valor total de R\$7.369. Os valores justos destes imóveis foram avaliados em R\$9.711 em 31/12/2018.

11. Imobilizado

Movimentação - Exercício de 2018

Descrição (Custo)	31/12/2017			31/12/2018		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Taxa média
Terrenos	292.986	-	-	21.235	314.221	-
Imóveis	284.342	397	-	(3.360)	281.379	(a)
Móveis e utensílios	27.803	2.831	(343)	-	30.291	10
Máquinas e equipamentos	43.943	4.681	(420)	357	48.561	10
Equipamentos de informática	40.408	3.263	(638)	83	43.116	20
Biblioteca	23.872	520	-	-	24.392	20
Veículos	1.791	57	(84)	-	1.764	20
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	318	75	-	-	393	10
Imobilizado em andamento	4.901	15.053	-	(1.900)	18.054	
Total	720.364	26.877	(1.485)	16.415	762.171	

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Movimentação - Exercício de 2018--Continuação

Depreciação	31/12/2017			31/12/2018		
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada	Taxa média
Imóveis	(36.204)	(5.136)	17	(27)	(41.350)	(a)
Móveis e utensílios	(16.669)	(1.907)	325	-	(18.251)	10
Máquinas e equipamentos	(27.748)	(2.944)	403	-	(30.289)	10
Equipamentos de informática	(30.219)	(3.650)	638	-	(33.231)	20
Biblioteca	(20.890)	(1.279)	-	-	(22.169)	20
Veículos	(1.205)	(184)	84	-	(1.305)	20
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(262)	(24)	-	-	(286)	10
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	
Total	(133.197)	(15.124)	1.467	(27)	(146.881)	
Imobilizado líquido	587.167	11.753	(18)	16.388	615.290	

Movimentação - Exercício de 2017

Descrição (Custo)	31/12/2016			31/12/2017		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo	Taxa média
Terrenos	292.986	-	-	-	292.986	-
Imóveis	259.917	15.256	-	9.169	284.342	(a)
Móveis e utensílios	26.066	2.155	(485)	67	27.803	10
Máquinas e equipamentos	40.597	3.557	(293)	82	43.943	10
Equipamentos de informática	37.192	4.658	(1.591)	149	40.408	20
Biblioteca	23.411	461	-	-	23.872	20
Veículos	1.641	271	(121)	-	1.791	20
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	318	-	-	-	318	10
Imobilizado em andamento	6.827	7.541	-	(9.467)	4.901	
Total	688.955	33.899	(2.490)	-	720.364	

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Movimentação - Exercício de 2017--Continuação

Depreciação	31/12/2016			31/12/2017		
	Depreciação acumulada	Adições	Baixas	Transf.	Depreciação acumulada	Taxa média
Imóveis	(31.364)	(4.840)	-	-	(36.204)	(a)
Móveis e utensílios	(15.423)	(1.703)	457	-	(16.669)	10
Máquinas e equipamentos	(25.427)	(2.573)	252	-	(27.748)	10
Equipamentos de informática	(28.573)	(3.199)	1.553	-	(30.219)	20
Biblioteca	(19.338)	(1.552)	-	-	(20.890)	20
Veículos	(1.162)	(164)	121	-	(1.205)	20
Arrendamento mercantil	-	-	-	-	-	20
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(238)	(24)	-	-	(262)	10
Imobilizado em andamento	-	-	-	-	-	
Total	(121.525)	(14.055)	2.383	-	(133.197)	
Imobilizado líquido	567.430	19.844	(107)	-	587.167	

(a) Taxa média de depreciação das edificações

Filial	Taxa média
Faculdade Católica de Tocantins	1,73%
Centro Educacional Católica de Brasília	1,78%
Universidade Católica de Brasília	2,01%
Centro Universitário do Leste de MG	2,02%
Centro Educacional Católica de MG	2,00%
Colégio Padre de Man	2,00%
Escritório Administrativo em Brasília	1,92%

(b) O valor de R\$ 21.235 referente a transferência da conta de propriedade para Investimento para Terrenos - R\$ 16.035 Terrenos de Natal e R\$ R\$ 5.200 terrenos da FICR.

Venda de bens

No exercício de 2018, foram realizadas baixas por venda/devolução de 1.330 bens móveis, que foram considerados obsoletos/substituídos pelas Instituições Mantidas, seguem os dados:

	31/12/2018
Valor dos bens	1.488
(-) Depreciação acumulada	(1.455)
Imobilizado líquido	33
Valor da venda	(508)
Ganho/Perda obtida	475

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Imobilizado--Continuação

Venda de bens--Continuação

As depreciações são calculadas pelo método linear com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens conforme laudo pericial elaborado por perito externo. A Administração julga o critério utilizado compatível com a vida útil dos bens.

Não foram identificados indicativos de redução ao valor recuperável (*impairment*) neste grupo de ativos.

12. Intangível

Movimentação - Exercício de 2018

Descrição (Custo)	31/12/2017		31/12/2018		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Marcas e patentes	154	-	-	-	154
Software e Licenças de uso	11.697	1.681	(90)	-	11.724
Transferência de Manutenção FICR	1.000	-	-	-	1.000
Total	12.851	1.681	(90)	-	12.878

Amortização	31/12/2017		31/12/2018		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transf.	
Software e Licenças de uso	(9.876)	(950)	90	-	(10.736)
Transferência de Manutenção FICR	(275)	(100)	-	-	(375)
Total	(10.151)	(1.050)	90	-	(11.111)
Intangível líquido	2.700	631	-	-	1.767

Movimentação - Exercício de 2017

Descrição (Custo)	31/12/2016		31/12/2017		
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Marcas e patentes	154	-	-	-	154
Software e Licenças de uso	14.930	1.138	(4.371)	-	11.697
Transferência de Manutenção FICR	1.000	-	-	-	1.000
Total	16.084	1.138	(4.371)	-	12.851

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Intangível--Continuação

Movimentação - Exercício de 2017--Continuação

Amortização	31/12/2016		31/12/2017		Amortização acumulada
	Amortização acumulada	Adições	Baixas	Transf.	
Software e Licenças de uso	(12.212)	(2.035)	4.371	-	(9.876)
Transferência de Manutenção FICR	(175)	(100)	-	-	(275)
Total	(12.387)	(2.135)	4.371	-	(10.151)
Intangível líquido	3.697	(997)	-	-	2.700

As amortizações do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de geração de benefícios econômicos futuros desses ativos. Os Softwares possuem a taxa de amortização de 20% ao ano, já as Licenças de uso possuem a taxa de amortização de acordo com a duração dos contratos, que na sua maioria tem duração de 12 meses. A transferência de Manutenção FICR possui a taxa de amortização de 10% ao ano.

13. Fornecedores

Composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Produtos	3.084	2.946
Serviços	3.088	4.631
Total	6.172	7.577

14. Empréstimos e financiamentos

Composição:

	31/12/2018	31/12/2017	Taxa de atualização	Indexadores	Ano/ vencimento
Capital de Giro - Santander	19.423	22.150	3,21% a.a.	CDI/CETIP	2023
Arrendamento mercantil financeiro	470	-	0,40% a.a.	n/a	2021
Total	19.893	22.150			
Total circulante	4.319	3.723			
Total não-circulante	15.575	18.427			

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Movimentação:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo Inicial	11.991	9.639
Arrendamento mercantil financeiro	512	-
Amortizações de Principal	(2.447)	(2.405)
Pagamento de Juros	(2.301)	(2.083)
Juros Incorridos	1.980	2.944
Saldo final	19.893	22.150

Cronograma de pagamentos:

Ano	<u>Valor</u>
2019	4.319
2020	4.333
2021	4.305
2022	4.162
2023	2.775
Total	19.893

Os empréstimos e os financiamentos estão em moeda nacional e foram tomados para suportar a necessidade de capital de giro da Entidade. Nenhum dos contratos possui cláusulas de *covenants in default*.

15. Obrigações trabalhistas e sociais

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão de férias e respectivos encargos	14.400	15.349
Outras obrigações trabalhistas	466	2.514
Encargos sociais a recolher	3.725	4.038
Total	18.591	21.901

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Obrigações fiscais e tributárias

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
IRRF a recolher	3.679	4.252
ISS a recolher	96	70
Contribuições Retidas	<u>105</u>	<u>92</u>
Total	<u>3.880</u>	<u>4.414</u>

Por ser uma entidade filantrópica, a UBEC goza de isenção tributária e os valores acima referem-se a impostos retidos na fonte a recolher.

17. Obrigações por convênios

As Instituições de Ensino Superior mantidas pela UBEC celebram comumente convênios com empresas públicas e privadas para a realização de pesquisas ou utilização das dependências para desenvolvimento de atividades acordadas. São parcerias para desenvolvimento de projetos de pesquisas científica, tecnológica e de inovação propostos pelas partes.

Composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Convênio SES (a)	2.903	2.299
Convênio ARMVA - Ag. Desenvolvimento (b)	-	799
Outros Convênios	<u>422</u>	<u>373</u>
Total	<u>3.325</u>	<u>3.471</u>

- (a) Os convênios intitulados SES são contratos firmados com a Secretaria de Saúde do DF com o objetivo de promover estágios supervisionados nas dependências dos hospitais do Distrito Federal pelos alunos integrantes dos cursos da área de saúde. A obrigação é constituída pela contrapartida devida pela unidade de ensino por meio de realização de benfeitorias e/ou compra de equipamentos médicos para as unidades de saúde do DF.
- (b) O Projeto/Convênio tem por objeto a contratação de serviço técnico especializado para elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado - PDDI - da Região Metropolitana do Vale do Aço - RMVA. O serviço a ser prestado pela UNILESTE consiste basicamente em elaborar o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da RMVA, o que significa elaborar um conjunto de grandes linhas de ação voltadas para a promoção do desenvolvimento sustentável da Região Metropolitana do Vale do Aço, compatibilizando crescimento econômico, equidade social e sustentabilidade ambiental, com ênfase no reordenamento territorial capaz de reduzir as desigualdades sócio espaciais, conforme detalhamento exposto na Proposta de Trabalho firmada com o Centro Universitário do Leste de Minas Gerais (UNILESTE).

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Obrigações por convênios--Continuação

Composição:--Continuação

Natureza	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Com contrapartida financeira	10	3.147	169	2.474
Sem contrapartida financeira	1.477	178	1.938	997
Total	1.487	3.325	2.107	3.471

18. Adiantamentos de clientes

Os valores referentes ao adiantamento de clientes referem-se a pagamentos antecipados de mensalidades referentes à competência do ano de 2019 e exercícios futuros, cuja receita será apropriada no exercício correspondente de acordo com o regime de competência.

	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamento de clientes	4.824	4.103

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes

Foram constituídas provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais surgidas no curso normal das operações da Entidade, cujo critério para registro fundamentou-se na avaliação dos assessores jurídicos da Entidade, do risco provável de perda para os processos em andamento na data-base das demonstrações financeiras.

Movimentação - Exercício 2018

	Saldo em 31/12/2017	Constituição	Baixas	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2018
Provisão para Riscos Trabalhistas	7.992	5.572	(1.386)	(1.165)	5	11.018
Provisão para Riscos Cíveis	1.261	841	(82)	(167)	44	1.897
Provisão para Riscos Fiscais	364.120	-	-	-	8.352	372.472
Total	373.373	6.413	(1.468)	(1.332)	8.401	385.387

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

Movimentação - Exercício 2017

a) *Descrição*

	Saldo em 31/12/2016	Constituições	Baixas	Reversões	Atualizações	Saldo em 31/12/2017
Provisão para Riscos Trabalhistas	9.895	7.168	(4.594)	(4.599)	122	7.992
Provisão para Riscos Cíveis	1.717	1.176	(278)	(1.396)	42	1.261
Provisão para Riscos Fiscais	351.398	-	-	-	12.722	364.120
Total	363.010	8.344	(4.872)	(5.995)	12.886	373.373

Breve descrição da natureza das provisões constituídas:

- Riscos trabalhistas e previdenciários: Referem-se a demandas trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados e ex-empregados vinculados a disputas sobre o montante pago sobre as rescisões/reclamações trabalhistas.
- Riscos cíveis: As principais ações estão relacionadas a reclamações de terceiros - pessoas física e jurídica, alunos e outros - contra as instituições de ensino referentes a perdas e danos.
- Provisão para riscos fiscais: Riscos trabalhistas e previdenciários: Refere-se a autos de infração lavrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) em relação à imunidade tributária previdenciária patronal da Entidade. De acordo com Administração apoiada na opinião de consultores jurídicos externos, o risco de perda é provável, motivo pelo qual os valores envolvidos estão provisionados nas demonstrações financeiras da Entidade.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

Movimentação - Exercício 2017--Continuação

a) *Descrição*

Atualmente, os processos encontram-se em instância administrativa no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda (CARF), considerando a decisão desfavorável no âmbito da RFB. Diante de decisão de primeira instância desfavorável, tem o contribuinte o direito de recorrer ao CARF, colegiado que julga em segunda instância a legitimidade dos lançamentos de ofício, sendo preservado, até então, o efeito suspensivo do crédito tributário, como declara o art. 33 do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 (com força de lei em sentido estrito por seu conteúdo material) e, em corolário, a sua inexigibilidade. É relevante levar em consideração dois parâmetros básicos no que se refere à exigibilidade deste referido débito tributário; o primeiro, que o débito em questão, como salientado anteriormente, encontra-se com sua exigibilidade suspensa e ainda pendente de julgamento e, o segundo, em caso de eventual insucesso dos recursos perante o CARF e após o respectivo trânsito em julgado, o processo ainda retornará para a Delegacia da RFB, para a devida ciência do contribuinte do que decidido pelo Colegiado e requerimento para recolhimento do crédito público no prazo assinado pela autoridade competente. Ressaltamos que, somente após o trânsito em julgado da decisão final administrativa, a UBEC será intimada a recolher o Crédito Tributário lançado pelas Autoridades Fiscais e mantido pelo CARF, momento esse que passa, efetivamente, a Entidade ser devedora perante a Fazenda Nacional. Após a intimação da UBEC, referente à decisão final administrativa, o Crédito Tributário remanescente será passível de parcelamento em até 60 (sessenta) parcelas, devendo a primeira parcela ser paga quando do pedido de parcelamento, salvo se advier lei superveniente dispendo sobre condições mais favoráveis.

Ainda no contexto da defesa administrativa impetrada, os recursos estão baseados em matéria em que há decisões da Suprema Corte, em favor da tese defendida, estando inclusive suspensos todos os processos judiciais, versando sobre a matéria, por ter o Supremo Tribunal Federal entendido ser matéria de Repercussão Geral (RE nº 566.622/RS).

Desde o ano de 2010 foi implementado a Governança Corporativa, na UBEC e suas Instituições Mantidas, com o objetivo de melhorar os mecanismos de controle. Foram criadas áreas de Auditoria Interna, Controle Interno e a Coordenação de Assistência Social (responsável pelo acompanhamento do cumprimento das regras de Filantropia) no intuito de mitigar os riscos de novas autuações Fiscais.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Provisão para riscos de naturezas cível, trabalhista e fiscal e passivos contingentes--Continuação

Movimentação - Exercício 2017--Continuação

b) *Contingências classificadas como risco de perdas possíveis (não provisionadas no balanço)*

A Entidade tem ações de naturezas cível, tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados como possível pela Administração, no montante de R\$4.077 em 31 de dezembro de 2018 (R\$5.361 em 31 de dezembro de 2017) com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

As principais contingências estão relacionadas a ações cíveis e referem-se a processos judiciais movidos em sua maioria por danos morais e materiais.

	31/12/2018		31/12/2017	
	Quantidade	R\$	Quantidade	R\$
Cíveis	126	3.102	96	2.922
Trabalhistas	20	1.026	33	2.439
Tributários	-	-	-	-
Total	146	4.128	129	5.361

c) *Depósitos judiciais*

Os depósitos judiciais referem-se relevantemente à natureza trabalhista, cujos saldos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são os seguintes:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	4.760	8.570
(+) Adições	1.269	1.062
(-) Baixas	(1.468)	(4.872)
Saldo final	4.561	4.760

Apresentamos, a seguir, a movimentação da rubrica de depósitos judiciais:

	31/12/2018	31/12/2017
Processos trabalhistas	2.175	2.647
Processos cíveis	1.899	1.671
Processos tributários	487	442
Total	4.561	4.760

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Patrimônio Líquido

A UBEC aplica as subvenções e as doações recebidas nas finalidades a que estejam vinculadas, integralmente em território nacional, para a manutenção e a ampliação de suas finalidades estatutárias, na forma da lei, suas rendas e seus recursos, bem como o superávit (déficit) apurado nos exercícios sociais.

A conta de ajuste de avaliações patrimoniais refere-se ao registro da mais valia dos bens imóveis da Entidade quando da adoção do custo atribuído (*deemed cost*) na adoção inicial do Pronunciamento Técnico CPC 27 - Ativo Imobilizado em 1º de janeiro de 2009 (data de transição).

A amortização da mais valia das edificações é calculada de acordo com as taxas de depreciação dos imóveis, conforme Nota Informativa nº 11a. Terrenos, por não sofrer depreciação ou amortização, permanecerá no Patrimônio Líquido. A sua realização ocorrerá somente pela venda ou doação.

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados

a) Receita líquida de serviços:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de mensalidades (a)	386.647	439.244
Prestação de serviços (b)	2.727	2.722
Receita de convênios (c)	4.694	3.062
Receita SUS/Unileste (d)	2.085	779
Serviços médicos hospitalares	23	-
Receita bruta de vendas	396.175	445.808
Bolsa Prouni (e)	(40.103)	(49.216)
Bolsa social (e)	(14.624)	(18.312)
Bolsas funcionais (f)	(8.294)	(8.961)
Descontos concedidos sobre mensalidades (g)	(27.283)	(38.684)
Devoluções e cancelamentos (h)	(4.719)	(2.589)
Outras deduções	(7)	(6)
Gratuidade concedida	(23)	-
Deduções da receita	(95.053)	(117.768)
Receita Líquida	301.122	328.040

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados--Continuação

a) Receita líquida de serviços: -Continuação

- (a) Receita de mensalidades: é composta por mensalidades do Ensino Superior e Ensino Básico incluindo os encargos por atraso de mensalidades.
- (b) Receitas com serviços: trata-se de atividades extracurriculares que os alunos realizam nas Instituições Mantidas, como práticas esportivas, taxa de vestibular, curso pré-vestibular, entre outros.
- (c) Receita de convênios: As Instituições de Ensino Superior firmam convênios com empresas públicas/privadas, para difundir o conhecimento com o intuito de beneficiar a sociedade com novas descobertas. Destaca-se o Convênio: UCB/APPLE (R\$3.057 mil)
- (d) Receita SUS/Unileste: Contrato firmado entre a Unileste/MG e a Prefeitura de Ipatinga/MG para prestação de serviços nas áreas de fisioterapia e reabilitação física.
- (e) Bolsa Prouni e Social: Dentro de seus objetivos estatutários e para cumprimento da filantropia, a Entidade aplica parte substancial de seus recursos na concessão de bolsas de estudos.
- (f) Bolsa Funcional: São Bolsas concedidas aos colaboradores e/ou seus dependentes por força de convenção coletiva de trabalho.
- (g) Descontos Concedidos sobre Mensalidades: Substancialmente trata-se de descontos condicionados ao pagamento das mensalidades no prazo de vencimento.
- (h) Devoluções e Cancelamentos: Trata-se dos devoluções e cancelamentos de mensalidades.

b) Custo dos serviços prestados

Esta rubrica representa a alocação dos custos diretos relacionados à prestação de serviço de ensino. Cada uma das mantidas da UBEC representa centros de custos distintos.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários	(142.405)	(159.494)
Encargos sociais	(19.460)	(19.010)
Benefícios	(8.151)	(8.635)
Despesas com material de consumo	(2.249)	(1.948)
Serviços de terceiros	(4.727)	(5.166)
Despesas com manutenção	(1.002)	(681)
Utilidades e serviços	(746)	(1.098)
Despesas com viagens	(515)	(690)
Despesas com transporte	(486)	(416)
Depreciação e amortização	(8.748)	(8.500)
Total	(188.489)	(205.638)

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados--Continuação

c) Despesas gerais e administrativas

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários, benefícios e encargos	(61.004)	(55.402)
Despesas com material de consumo	(3.877)	(3.608)
Serviços de terceiros	(14.610)	(12.074)
Propaganda e publicidade	(22.104)	(10.119)
Despesas com manutenção	(5.243)	(4.276)
Utilidades e serviços	(9.170)	(9.093)
Despesas com viagens	(1.850)	(1.915)
Despesas com transporte	(2.205)	(1.907)
Depreciação e amortização	(9.039)	(8.057)
Despesas com Encargos Educacionais	(7.082)	(3.991)
Outras despesas	(4.799)	(5.002)
Total	(140.991)	(115.444)

d) Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita de aluguéis	1.245	894
Doação Recebidas	3	34
Ressarcimento/Outros	2.802	(1.447)
Total	4.050	(519)

Destacamos a seguir a natureza das principais rubricas:

- Receita de aluguéis: refere-se à locação de espaço físico para o funcionamento de lanchonetes nas Instituições Mantidas e para realização de eventos/aplicação de provas por outras empresas.
- Receitas com taxa de estacionamento: referem-se à taxa de estacionamento cobrada pela Universidade Católica de Brasília (UCB).
- Doações recebidas: 3mil refere-se a recebimento de móveis por bonificação e 34 mil de 2017 referem-se ao recebimento de máquinas e equipamentos do Projeto BPID Apple/UCB.
- Ressarcimento/Outros: O valor de 2.800mil refere-se ao ressarcimento de danos causados na estrutura do prédio alugado para o Instituto do Coração do DF.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Desdobramento de outros itens da demonstração de resultados--Continuação

e) Resultado financeiro

O grupo de receitas financeiras está composto principalmente pelos rendimentos obtidos com aplicações financeiras e os encargos referentes a renegociações de mensalidades. Vide composição a seguir:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receitas financeiras	11.739	19.829
Juros recebidos	167	55
Descontos obtidos	25	40
Variação cambial ativa	4	1
Rendimentos aplic. financeiras	7.135	15.304
Encargos por atraso s/Acordo de Mensalidades	4.280	4.399
Atualização Monetária Financ. Mensalidades	113	17
Taxa Administrativa Finac. Pravalor	15	13
Despesas financeiras	(4.333)	(5.468)
Juros passivos	(1.990)	(2.911)
Descontos concedidos	(40)	(78)
Despesas bancárias	(386)	(312)
Variação cambial passiva	(4)	(1)
Taxa de adm.de cartões de crédito	(351)	(301)
Atualização Monetária	(44)	(47)
Desconto s/Acordo de Mensalidade	(1.518)	(1.818)
Resultado financeiro	7.406	14.361

22. Trabalho voluntário

O trabalho voluntário foi precificado pelo valor justo da prestação de serviço, utilizando a tabela divulgada pelo IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa) de acordo com a média de remuneração dos conselheiros. Na UBEC o cálculo foi baseado no número de reuniões realizadas anualmente pelos membros da Assembleia Geral, Conselho Fiscal e Conselho de Administração.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Trabalho Voluntário		
Receita com Trabalho Voluntário	3.945	3.833
Despesa com Trabalho Voluntário	(3.945)	(3.833)

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais e estão compreendidos principalmente por contas-correntes bancárias, saldos de aplicações financeiras, créditos a receber, fornecedores, empréstimos e financiamentos.

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado (taxa de juros)
- Risco operacional

Não houve nenhuma alteração substancial na exposição aos riscos de instrumentos financeiros da Entidade, seus objetivos, suas políticas e seus processos para a gestão desses riscos ou os métodos utilizados para mensurá-los a partir de períodos anteriores, a menos que especificado o contrário nesta nota.

Principais instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros utilizados pela Entidade, dos quais surgem os riscos de instrumentos financeiros, são os seguintes:

- Caixa e equivalentes de caixa (inclui: caixa, contas bancárias e aplicações financeiras)
- Contas a receber
- Contas a pagar a fornecedores e outras
- Empréstimos e financiamentos.

a) *Risco de crédito*

Representa o risco de prejuízo financeiro da Entidade caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro não cumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Entidade representados, principalmente, por caixa e equivalentes de caixa, mensalidades a receber e outros créditos.

A Entidade não contrata instrumentos financeiros derivativos para gerenciar o risco de crédito.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados --Continuação

Principais instrumentos financeiros--Continuação

a) *Risco de crédito*--Continuação

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do risco de crédito, a exposição da UBEC ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente.

A UBEC constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa para fazer face ao potencial de perda na data do balanço. Esses valores e os critérios adotados estão mencionados na Nota Explicativa nº 6.

b) *Risco de liquidez*

Representa o risco de a Entidade encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Os principais passivos estão representados pelas obrigações decorrentes do risco fiscal, fornecedores, empréstimos, financiamentos, obrigações sociais e trabalhistas.

A Administração declara que possui capacidade financeira de honrar com suas obrigações exigíveis e registradas nas demonstrações financeiras. O passivo relativo à provisão para riscos fiscais, detalhada na Nota Explicativa nº 19, não é atualmente exigível.

Em 31 de dezembro de 2018, o fluxo de pagamentos para os passivos financeiros da Entidade é apresentado a seguir:

	Idade de obrigações financeiras 31/12/2018					
	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos						
Empréstimos e financiamentos bancários	19.894	720	3.599	4.333	11.242	-
Fornecedores	6.172	6.109	61	2	-	-
Provisão para riscos fiscais	372.472	-	-	-	-	372.472
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	12.915	-	12.915	-	-	-
Obrigações trabalhistas e sociais	18.591	3.039	15.552	-	-	-
Impostos, taxas e contribuições diversas	3.880	3.880	-	-	-	-
Obrigações com convênios	3.325	-	3.325	-	-	-
Adiantamento de clientes	4.824	-	4.824	-	-	-
Outros passivos	151	-	151	-	-	-
Total	442.224	13.028	40.401	4.528	11.795	372.472

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Instrumentos financeiros e gerenciamento dos riscos associados --Continuação

Principais instrumentos financeiros--Continuação

c) *Risco de mercado (taxa de juros)*

Representa o risco da Entidade à exposição de taxa de juros, principalmente relacionados à atualização de passivos financeiros, em especial daqueles decorrentes de riscos fiscais (vide Nota Explicativa nº 19) e aos empréstimos/financiamentos contraídos de instituições financeiras (vide Nota Explicativa nº 14). A Administração da Entidade estima que não haja volatilidade relevante diante da exposição atualmente contratada.

d) *Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros*

Cenário I - considerado como referencial pela Companhia e suas controladas: obtido através da cotação das taxas CDI, com base na compilação de projeções mercadológicas extraídas de relatórios das principais consultorias, instituições financeiras nacionais e internacionais e do Banco Central do Brasil.

Cenário II e III - redução sobre as taxas de CDI - esses cenários consideram reduções (deterioração) de 25% e 50% sobre as taxas de juros (marcados a mercado) atreladas aos instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e suas controladas com posições em aberto na data de fechamento.

	Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II) deterioração 25%	Cenário (III) deterioração 50%
Capital de giro Santander	CDI	19.423	19.423	19.423
Taxa sujeita à variação		6,40%	8,00%	9,60%
Despesa financeira projetada		1.243	1.554	1.865
Varição		-	311	622

	Risco	Cenário (I) provável	Cenário (II) deterioração 25%	Cenário (III) deterioração 50%
Aplicações financeiras	CDI	76.149	76.149	76.149
Taxa sujeita à variação		6,40%	8,00%	9,60%
Receita financeira projetada		4.630	5.787	6.945
Varição		-	1.157	2.315

A Entidade não tem operações atreladas à variação da taxa de câmbio.

União Brasileira de Educação Católica - UBEC

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Outras informações

24.1. Partes relacionadas

Foram classificados como partes relacionadas os administradores da Entidade. Nesse contexto, as transações com partes relacionadas - administradores - estão restritas às remunerações por meio de salários e benefícios, para aqueles não estatutários, contratados pelo regime celetista. Os dirigentes estatutários não são remunerados.

José Romualdo Degasperi – Conselheiro Presidente

Francisco Antonio Vieira do Vale – Diretor Executivo de Operações

Sheyla Kelly de Souza M. de Carvalho - Coordenadora de Controladoria

Roseane Costa Rodrigues – Contadora CRC DF-015918/O